

Daniel Dela Coleta Eisaqui

**DIREITO À INFORMAÇÃO
E
MERCADO DE CAPITAIS**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-680-7



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Emani de Carvalho Pacheco

E36 Eisaqui, Daniel Dela Coleta.
 Direito à informação e mercado de capitais./ Daniel
 Dela Coleta Eisaqui./ Curitiba: Juruá, 2021.
 292p.; 21cm

 1. Direito à informação. 2. Mercado financeiro.
 3. Finanças. I. Título.

CDD 346.07 (22.ed)
CDU 347.7

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 A INFORMAÇÃO	23
1.1 CONCEITO DE INFORMAÇÃO.....	23
1.2 FUNÇÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO.....	26
1.2.1 A Função Social da Informação como Vetor de De- mocracia e Cidadania	29
1.2.2 A Função Social da Informação como Proteção da Confiança	30
1.3 FUNÇÃO ECONÔMICA DA INFORMAÇÃO.....	32
1.3.1 A Função Econômica da Informação nas Relações de Consumo.....	33
1.3.2 A Função Econômica da Informação na Dinâmica Contratual	35
1.3.3 A Função Econômica da Informação no Mercado de Investimentos	36
1.4 A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO.....	38
Capítulo 2 O DIREITO À INFORMAÇÃO	41
2.1 FUNDAMENTOS DO DIREITO À INFORMAÇÃO.....	42
2.1.1 A Democracia	43
2.1.2 A Cidadania	45
2.1.3 A Dignidade da Pessoa Humana	47
2.1.4 O Interesse Público	49
2.1.5 A Boa-Fé.....	55
2.2 NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO À INFORMA- ÇÃO.....	58
2.2.1 Direito Fundamental	59

	2.2.2	Direito Difuso.....	61
	2.2.3	Direito Coletivo.....	63
	2.2.4	Natureza Jurídica da Informação no Mercado de Capitais	65
2.3		AS FACES DO DIREITO À INFORMAÇÃO	66
	2.3.1	Direito a Informar	68
	2.3.2	Direito de se Informar	73
	2.3.3	Dever de se Informar	79
	2.3.4	Direito de ser Informado	80
	2.3.5	Dever de Informar	83
	2.3.6	Obrigação Legal de Informar	86
2.4		O DIREITO À INFORMAÇÃO VERDADEIRA E A QUESTÃO DA CENSURA	90
Capítulo 3		O OUTRO LADO DA MOEDA: O PROBLEMA DA DESINFORMAÇÃO.....	105
	3.1	A SOCIEDADE DA PÓS-VERDADE	107
	3.2	A PROLIFERAÇÃO DE <i>FAKE NEWS</i>	117
	3.3	DESINFORMAÇÃO E INSTABILIDADE ECONÔMICA	123
	3.3.1	Instabilidade Social	127
	3.3.2	Instabilidade Política	133
	3.3.3	Instabilidade Jurídica.....	141
	3.3.4	Instabilidade Econômica	146
	3.3.4.1	Pressupostos de desenvolvimento econômico: a contribuição de Max Weber	147
	3.3.4.2	Francis Fukuyama e o fator confiança	149
	3.3.4.3	O fenômeno da desinformação como entrave ao desenvolvimento econômico pleno.....	153
Capítulo 4		INTRODUÇÃO AO MERCADO DE CAPITAIS	157
	4.1	ORDEM ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	157
	4.2	O MERCADO DE CAPITAIS	159
	4.2.1	A Função Socioeconômica do Mercado de Capitais	161

	4.2.2	Interesses Difusos e Coletivos no Mercado de Capitais	163
	4.3	REGIME JURÍDICO DO MERCADO DE CAPITAIS.....	165
Capítulo 5		A INFORMAÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS.....	169
	5.1	A HIPÓTESE DE MERCADO EFICIENTE E SUA RELACÃO COM A INFORMAÇÃO	170
	5.2	DEVERES DE INFORMAÇÃO DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS: UMA TEORIA GERAL	171
	5.3	PANORAMA GERAL DOS DIREITOS DE INFORMAÇÃO DOS ACIONISTAS.....	174
	5.3.1	Informação Indireta ou Reflexa.....	176
	5.3.2	Informação Direta Espontânea	177
	5.3.3	Informação Direta Provocada.....	179
	5.3.4	O Direito de Informação dos Acionistas nos Grupos de Sociedades	180
	5.3.5	Dever de Divulgar Fato Relevante.....	181
	5.4	O MERCADO DE CAPITAIS NA ERA DAS <i>FAKE NEWS</i>	184
	5.4.1	A Psicologia das Massas	184
	5.4.2	A Rebelião das Massas.....	187
	5.4.3	O Delírio das Massas	190
	5.4.4	O Estado Psicológico dos Investidores e Cenários de Crise Econômica	194
	5.4.5	Repercussões da Desinformação no Mercado de Valores Mobiliários	195
	5.4.6	A Antijuridicidade da Desinformação no Mercado de Capitais Frente ao Ordenamento Jurídico Brasileiro	200
	5.4.6.1	Divulgação de informação falsa ou prejudicial	201
	5.4.6.2	Manipulação do mercado de capitais.....	202
Capítulo 6		DA INFORMAÇÃO VERDADEIRA COMO DIREITO FUNDAMENTAL DOS INVESTIDORES	205
	6.1	A INFORMAÇÃO VERDADEIRA COMO FATOR DE ESCOLHA RACIONAL.....	206

6.2	A INFORMAÇÃO VERDADEIRA COMO FATOR DE EFICIÊNCIA DO MERCADO	208
6.3	A INFORMAÇÃO VERDADEIRA COMO FATOR DE EMPODERAMENTO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	211
Capítulo 7	SISTEMA PROTETIVO DO DIREITO DOS INVESTIDORES À INFORMAÇÃO VERDADEIRA	215
7.1	A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DO ERRO.....	219
7.1.1	A Indução Negligente em Erro.....	221
7.1.2	O Instituto do Erro no Mercado de Capitais e Direito Societário	223
7.1.3	Efeitos do Instituto do Erro	226
7.2	A REVISÃO CONTRATUAL	228
7.3	ANULABILIDADE DE DELIBERAÇÕES SOCIAIS.....	230
7.3.1	O Direito Português.....	230
7.3.2	Compatibilidade com o Ordenamento Jurídico Brasileiro	232
7.4	RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR PERDAS E DANOS	233
7.4.1	Responsabilidade Civil dos Intermediários Financeiros	234
7.4.2	Responsabilidade Civil dos Gestores e Administradores.....	237
7.4.3	Tutela Coletiva Via Ação Civil Pública	241
7.5	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	242
7.5.1	Processo Administrativo Sancionador.....	243
7.5.2	Tutela do Direito à Informação na Jurisprudência da CVM.....	244
Capítulo 8	O DEVER DE DILIGÊNCIA DO INVESTIDOR NA CONTEMPORANEIDADE.....	249
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	255
	REFERÊNCIAS	259
	ÍNDICE REMISSIVO.....	279